



A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: EXPERIÊNCIA, ESTRUTURA E GÊNERO.

UMA HOMENAGEM À ELIZABETH LOBO-SOUZA

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Mayara Teixeira Laurentino Acipreste

(Universidade Del pais Basco – Espanha- djamiroacipreste@hotmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – mayaraacipreste@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho visa resgatar a importância dos estudos de Elizabeth Lobo-Souza no debate acerca do gênero e o mundo do trabalho, sobretudo, neste ano em que se registram os 25 anos de seu desaparecimento neste estado em circunstâncias no mínimo curiosas. Partindo de Souza-Lobo e daquelas que serviu de base para seus estudos aliando novas teses, sobretudo, as bascas, passando pela alteração do mundo do trabalho no Brasil e ao conceito de Intersecção presente em toda a obra de Kimberlé Crenshaw. O homem vem perdendo espaço em comparação aos estudos dos anos de 1970, entretanto a mulher ainda está na disputa social para o acesso em condições de igualdade dos espaços laboral, social, cultural e político, muito tem se avançado, entretanto, como se repete na história, depois de enormes avanços experimentamos retrocessos até pouco tempo inimagináveis, como por exemplo, depois de avanços sociais e conquistas de minorias nos governos do Partido dos Trabalhadores, experimentamos em um processo totalmente precário e inseguro juridicamente, vimos através de processo de impeachment politizado o afastamento da primeira mulher presidenta da República e em seguida depois de mais de uma década, no governo provisório um ministério totalmente formado por homens e brancos, simbolizando de forma clara que a contraofensiva nos avanços sociais e de gênero fora dada. Neste cenário político tem-se observado que o pensamento reacionário toma maior fôlego, com proporções superiores ao início dos anos de chumbo, na história recente de nosso país, a mulher se vê mais uma vez buscar seu espaço frente a cultural social brasileira totalmente machista e preconceituosa, se valendo inclusive de condutas sociais reproduzidas que acentuam e demonstram os frutos desse desequilíbrio. Nos dias em que vimos uma ode dos bons moços as mulheres “belas, recatadas e do lar” no força a atuar de forma mais rígida na sociedade real brasileira, ao invés da elite, nas favelas; ao invés das novelas, nas delegacias, analisando este fenômeno importantíssimo da transformação de nosso país, dando-lhe um projeto de nação inclusivo e garantidor do respeito às diferenças e manutenção das ações afirmativas e direitos sociais.

Após 25 da morte, em condições no mínimo curiosa, de Elizabeth Lobo-Souza, professora da UNICAMP e autora de “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” (1991), escrito após pesquisas realizadas na década de setenta considerando a base teórica em sociologia do trabalho e suas vivências do chão de fábricas no ABC

paulista, volta-se ao debate acerca do trabalho e sua divisão por gênero.

Elizabeth Lobo nos faz imensa falta, o título deste artigo é o mesmo de sua última conferência realizada na UFPB em 1991, ano de seu “desaparecimento” em um acidente que também ceifou a vida da militante feminista e líder rural de Alagoa Grande,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Maria da Penha Nascimento Silva, figurinha constante no álbum das pessoas “marcadas para morrer” amplamente divulgada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT da Igreja Católica.

Aliás, vários “acidentes” ocorreram neste período, além deste o acidente que vitimou o ex-guerrilheiro do Araguaia Glênio Sá em campanha para o senado pelo Rio Grande do Norte meses antes, *modus operandi* que Cláudio Guerra em Memórias de Uma Guerra Suja, relata ter sido usado pelos asseclas do Regime Militar mesmo depois do início do processo “lento, gradual e seguro de redemocratização”.

No clima antidemocrático no Brasil serviu de combustível para a elaboração do conceito de gênero influenciada por antropólogos e sociólogos embasados no momento histórico do Movimento Feminista. Tendo com preliminar a definição “sexo social” em clara contraposição ao conceito natural-religioso do ser biológico.

Para edificarmos qualquer estrutura acerca da questão de gênero nos últimos 14 anos no Brasil se faz necessário à análise da base teórica que deu origem a categoria analítica de gênero, pensadoras como *Joan Scott, Teresa de Lauretis, Judith Butler, Jane Flax, Souza-Lobo e nos nossos dias Arantxa Elizondo Lopetegui, Arantza Campos Rubio e Kimberlé Crenshaw, sem, contudo, por dever de raiz nominar Nisia “Brasileira Augusta” Floresta.*

As relações de gênero é categoria de relações sociais, sendo assim, por meio da articulação das categorias gênero e trabalho, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres perante a esfera produtiva é viável, uma vez que se adota, aqui, o caráter relacional e estruturante das relações de gênero. Ao ampara o viés analítico relacional proposto por Jane Flax, busca-se apresentar o universo feminino e masculino com segmentação laboral, desta

forma matendo-se ampliado toda a análise em detrimento de olhar monocular restrito a um único sexo.

Evolução feminina no mercado de trabalho

Ao longo dos tempos os homens dominavam os lares e era os responsáveis por amparar de todas as formas a família. Ficando as mulheres responsáveis aos serviços de menor valor nesta estrutura social (domésticos e filhos). Na atualidade com esforço e luta as mulheres tentam dar novos contornos a esse paradigma. Além de esposas, filhas, irmãs, donas de casa e mães, tem buscado concretiza seus espaço na educação e conseqüentemente no mercado de trabalho. Infelizmente, mesmo que pregado pela constituição de todas as nações modernas, ainda persiste a discriminação salarial em relação ao homem e o preconceito em de inserção da mulher no mercado de trabalho em razão da idade fértil em razão da licença maternidade, mesmo que com ônus mínimo para o empregador. Temos como marco inicial da transformação e crescimento da participação da mulher no mercado o período compreendido no entre e guerras e o período posterior aso fim da segunda grande guerra, não é surpreendente, haja vista que este foi o mesmo período de consolidação de direitos fundamentais e a postulação estruturação de direitos ditos sociais. Por serem a grande maioria da força de trabalho os homens jovens também eram as “matérias-primas” dos esforços de guerras, em sua ausências e mortes mulheres, velhos e crianças tinham que ocupar espaços anteriormente masculinos e de idade laboral. No Brasil, a participação feminina começou a se intensificar a partir de 1970 como pode ser observado em estudos como Batista e Cacciamali, Bruschini e Lavinias. Segundo Silva (1996):

A partir dos anos 1970, surgem no Brasil movimentos feministas, mas é no final dos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

anos 1980 e início de 1990 que esses movimentos ganham maior poder de atuação e inserção na sociedade, através do crescente desenvolvimento de ONGs (Organizações Não Governamentais) femininas. A autora enfatiza que “a questão da igualdade ou da diferença destaca-se como crucial para os movimentos feministas”. Analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre o mercado de trabalho, é possível constatar que houve um aumento significativo de mulheres que buscam maior participação na força de trabalho, seja pela necessidade de contribuir para o sustento da família ou pelo desejo de conquistar realização profissional. Segundo dados do DIEESE (2009), em São Paulo, de 1989 até 1996, a taxa de participação feminina aumentou 8,9%, enquanto a masculina caiu 3,6%, no mesmo período. Estudos da Fundação Carlos Chagas (2009) revelam que em 1976 apenas 28,8% das mulheres trabalhavam, enquanto em 2007, 52,4% delas estavam em atividade no mercado de trabalho. Para os homens essas taxas se mantiveram em patamares semelhantes neste mesmo período, entre 73% e 76%, conforme nos mostra a Tabela 1. Com um aumento de 32 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2007, as mulheres representaram um acréscimo mais relevante que os homens na População Economicamente Ativa (PEA).

O quadro abaixo nos mostra que o crescimento da mulher nos espaços dentro do mercado de trabalho se dá numa evolução uniforme e métrica ao longo dos anos, independente de crises econômicas ou avanços tecnológicos, ou seja, a mulher consolida sua condição independente de cenário econômico estável ou instável.

Ademais se observa na mesma proporção da evolução da mulher nos postos de trabalho, nota-se a involução por parte dos espaços

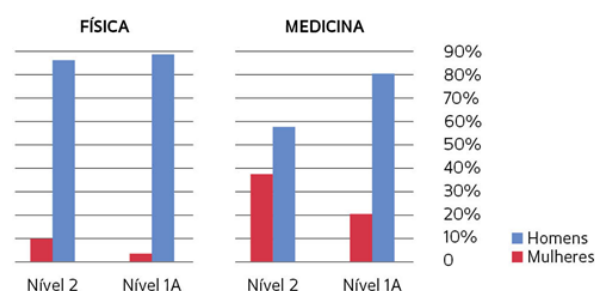
masculinos, devemos ainda lembrar que a mulher ainda tem seu terceiro turno de trabalho quando ainda se mantém responsável pela casa e pelos filhos.

Tabela 1 - Mulheres e homens no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica Brasil – 1976 a 2007

Anos	PEA				Ocupada(o)				Empregada(o)			
	Milhões Mulheres	Milhões Homens	Taxa de Atividade Mulheres	Taxa de Atividade Homens	Milhões Mulheres	Milhões Homens	Milhões Mulheres	Milhões Homens	% entre empregados Mulheres	% entre empregados Homens	Milhões Mulheres	Milhões Homens
1976	11,4	28,2	28,8	73,6	28,8	71,2	11,2	27,8	7,3	16,7	30,3	69,7
1981	14,8	32,6	32,9	74,6	31,3	68,7	14,1	31,2	9,4	19,8	32,2	67,8
1983	16,8	34,6	35,6	74,8	33	67	16	32,4	10,5	21	33,4	66,6
1985	18,4	36,6	36,9	76	33,5	66,5	17,8	35,4	11,8	22,5	34,4	65,2
1990	22,9	41,6	39,2	75,3	35,5	64,5	22,1	40	14,7	25,4	36,7	63,3
1993	28	42,8	47	76	39,6	60,4	25,9	40,5	11,1	23,8	31,8	68,2
1995	30	44,2	48,1	75,3	40,4	59,6	27,8	42,9	11,6	24	32,6	67,4
1997	30,4	44,8	47,2	73,9	40,4	59,6	27,3	42,9	11,9	24,2	33,1	66,8
1998	31,3	45,6	47,5	73,6	40,7	59,3	27,6	42,3	12,5	24,2	33,9	66,1
2002	36,5	49,5	50,3	73,2	42,5	57,6	32,3	45,9	15,2	27,2	35,8	64,2
2007	43	55,7	52,4	72,4	43,6	56,4	38,4	52,3	19,5	32,5	37,5	62,5

Fonte: Fundação Carlos Chagas/FIBGE/PNAD.

Se nos detiver em área super-específicas e de complexo conhecimento chegamos a dados que nos deixam convictos que muito ainda tem-se que avançar para buscar essa representação de forma igualitária e seja a realidade da proporção de gênero no Brasil, em 2011 foi levantada a proporção masculina e feminina dentre os pesquisadores seniores da CNPq nas áreas de física e medicina.



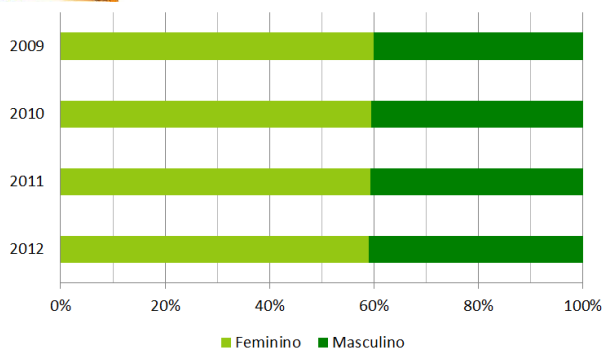
FONTE: BANCO DE DADOS DA PLATAFORMA LATTES DO CNPQ, 2011

Podemos acreditar que a essência de todos os cursos determina seus pesquisadores, de fato podemos ter esse raciocínio para determinar e fazer a defesa dos números em relação aos pesquisadores em Física, entretanto, acerca do número de alunos inscrito no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, temos que a participação feminina supera com certa facilidade a participação masculina, na fração de 6/4.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES



Percentual de inscritos no Enem 2009 a 2012, segundo o sexo. (Fonte: Inep)

Acerca do conceito de trabalho não há um consenso; pois ele pode determinar atividades diferenciadas em sociedades e momentos históricos também diferentes.

Entretanto, o professor Mário Scheffer da disciplina de Bioética no curso de Medicina da USP apresentou que desde 2009 existe a feminilização do curso de medicina no Brasil, lembra que esta variação é providencial em razão da necessidade de se socializar a medicina e o acesso a ela em todo o país, sendo a mulheres com maior sensibilidade social nesta área de atuação.

Scheffer afirma que em pesquisa em todos os Conselhos Regionais de Medicina em 2010 foram quase mil (1000) mulheres a mais entrando no mercado de trabalho.

Atualmente a mulher é responsável por 40% dos quase quatrocentos mil médicos no Brasil, em 2028 essa balança começará a mudar de sentido.

Em 2013 as mulheres já era maioria entre os médicos com menos de 30 anos de idade, numa clara comprovação de que no ambiente universitário o curso passa por essa providencial feminização para podermos avançar na democratização do acesso à medicina.

Ao revisitar *Kimberlé Crenshaw – in Background Paper for the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination*, documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação

racial relativa ao gênero, rememoramos várias experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça, sobretudo pela invisibilidade do campo vítima desta ação, mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas soam categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão. Portanto explicável só agora o início de um debate sério acerca dos estupros coletivos na Índia, onde sociedade internacional consegue constranger o poder local a iniciar, mesmo que timidamente este debate depois de décadas de silêncios e violências.

Por superinclusão, Crenshaw, pretende estabelecer o cenário em que um problema, comportamento ou condição é imposto de forma específica ou desproporcional a um determinado subgrupo de mulheres, é simplesmente definido como um problema de mulheres. A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. O problema dessa abordagem superinclusiva é que o problema como um todo, subordinação de raça e de gênero, escapa de análises efetivas. Do lado contrário conceitualmente à superinclusão temos a subinclusão, quando um grupo específico de mulheres enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Servindo-nos mais uma vez de exemplo a violência na Índia, tendo “saído” da circunscrição local-cultural após o advento de violação de uma turista estrangeira, lançando luz sobre a atroz conduta.

Outra questão de subinclusão ocorre quando existem distinções de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou racial. Com frequência, parece que, se uma condição ou problema é específico das mulheres do grupo étnico ou racial e, por sua natureza, é improvável que venha a atingir os homens, sua identificação como problema de subordinação racial ou étnica fica comprometida. Nesse caso, a dimensão de gênero de um problema o torna invisível enquanto uma questão de raça ou etnia. Ao passo que o inverso quase sempre não ocorre. A discriminação racial masculina é percebida como discriminação racial propriamente dita, mesmo o feminino não sendo afetado. Um modelo perverso de subinclusão, infelizmente perversos como os demais modelos é a esterilização de mulheres marginalizadas em todo o mundo.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, milhares de porto-riquenhas e afro-americanas foram esterilizadas sem seu conhecimento ou consentimento no sistema de saúde excludente e que aplicou o mesmo *ethos* das comunidades de proteção dos animais, quando os pegam quando abandonados, levados para um canil onde serão tratados, curados, castrados e colocados à disposição para serem adotados.

A aplicação deste raciocínio em seres humanos, sem consentimento e sem sequer sabendo que seus corpos foram mutilados é absurdo. Tais crimes reportam aos anos da década de 1950, tendo notícias de outros vários ocorridos infelizmente em períodos mais recentes. Embora concretamente as mulheres porto-riquenhas e afro-americanas fossem os “monumentos” a essa absurda e

criminosa negação dos direitos a reprodução em razão racial e de origem, em abstrato, tal investida afronta a direitos fundamentais de forma letal, entretanto, para grande surpresa tais condutas não colocadas no rol dos grandes crimes ocorridos nos Estados Unidos da América, sobretudo, em razão da Constituição Norte-americana em sua XIV Emenda e na primeira seção garantir liberdades e direitos aos norte-americanos e naturalizados, deixando bem claro que o imigrante não seria em primeira análise resguardado pela carta americana.

A Professora da *Universidad del País Vasco*, Espanha, Arantxa Elizondo Lopetegui e as demais autoras Ainhoa Novo Arbona e María Silvestre Cabrera em uma produção intitulada *Igualdad de mujeres y hombres en las universidades española*, Madrid, 2010, adensam um debate necessário:

La creciente necesidad de evaluar los avances en la igualdad entre los sexos en términos claros y empíricos ha llevado al desarrollo de estudios, indicadores y estadísticas específicas durante los últimos años. Uno de los ámbitos en los que se ha destacado especialmente la necesidad de datos ha sido en relación con el papel de las mujeres en la universidad y en la ciencia. Por lo general, la información recogida muestra que siguen existiendo grandes diferencias en función del sexo. A pesar de que la proporción de mujeres estudiantes universitarias ha ido en aumento en la últimas décadas, esa incorporación no ha sido equilibrada en todos los campos del conocimiento; así, actualmente algunas titulaciones son cursadas mayoritariamente por mujeres mientras que otras tienen en sus aulas una presencia fundamentalmente masculina.

Desta forma, fica-se claro, se Crenshaw ou Campos Rubio, se as trabalhadoras Porto-riquenhas ou Afro-americanas ou as mulheres



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

e o acesso as universidades espanholas, independe de grupos e territórios, culturas ou aspectos socioeconômico é sensível, entretanto, mínimo as diferenças entre as mulheres em detrimento dos homens considerando seu núcleo racial, cultural ou território.

Souza-Lobo analisa o trabalho feminino de acordo com problemáticas que emergiram na Sociologia e na História Social brasileiras, enumerando as abordagens dos estudos sobre as trabalhadoras frente aos seguintes temas: A. da modernidade à divisão sexual do trabalho; B. A divisão sexual do trabalho voltada para a qualificação, as carreiras e as subjetividades dos (as) trabalhadores (as); C. os estudos de gênero na Sociologia Brasileira. “Cada uma dessas três vertentes implica em questões e enfoques próprios ou articulados uns dos outros.” (SOUZA-LOBO, 1992:252).

Desta forma, ao analisar os escritos Bascos com a fundamentação de Souza-Lobo temos exatamente nos ponto A e B temos que mesmo com os avanços nas mais de duas décadas entre os textos e ainda e conformação em uma sociedade europeia temos que as diferenças ainda existem, de fato observa-se avanços mais ainda em um ritmo aquém da necessidade social, econômico e política.

Souza-Lobo no final da década de setenta e meados da de oitenta, iniciava-se na produção analítica da Sociologia brasileira, um debate acerca do trabalho feminino.

De toda sorte o debate acerca da condição de invisibilidade das operárias passou por abordagens diferenciadas, mas inicialmente acreditava-se que a visibilidade do trabalho feminino viria com a proliferação dos estudos referentes às trabalhadoras. A elaboração de significações para a subordinação das mulheres, mesmo na esfera do trabalho, excluiu a perspectiva de uma dinâmica causal com gênese em certa estrutura fatalmente determinante, para se aproximar da ideia de

que este processo de invisibilidade das operárias é fruto de uma construção social e histórica observada em práticas culturais e institucionais.

Sabe-se que a elaboração do conceito de classe se deu perante uma concepção masculina do operário, ignorando o sexo dos trabalhadores e colocando as operárias como grupo à parte sem interesse e afastado dos problemas da classe.

Contudo, é preciso tomar cuidado para não reduzir a subordinação social das mulheres à sua “simples” subordinação econômica. Para isso se faz pertinente a o debate acerca da neutralidade da norma e o fato do homem, sexo masculino, ser a medida de toda construção. Por isso, no trabalho apresentado *Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del Derecho y a la experiencia jurídica*, pela professora do Programa de Doutorado de Sociedade Democrática, Estado e Direito, da Universidade do País Basco, San Sebastián/Donostia, *Arantza Campos Rubio* apresenta com clareza a medida da sociedade moderna ser o homem, por isso, a busca essencial pela neutralidade da norma, pois é a norma também um elemento cultural, sobretudo de forma conformação com a Câmara Federal, câmara popular do bicameralismo federativo nacional.

La norma es “masculina”. Uno de los conceptos fundamentales desarrollados por la teoría feminista es el de androcentrismo, que podemos definir por el momento, y sin ningún ánimo de exhaustividad, como un sesgo teórico e ideológico que consiste en ver el mundo desde lo masculino, tomando al varón como parámetro o modelo de lo humano.

Na última uma década e meia no Brasil, desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal e com ele parte do pensamento de concretização dos direitos sociais ou prestacionais, ações afirmativas foram implementadas, exemplos contundentes



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

são a prioridade/preferência à Mulher para receber a casa própria do Programa minha Casa Minha Vida e os valores do Programa Bolsa Família (Art. 3º, IV, Lei 11.977/2011 e Art. 2º, parágrafo 14, Lei 10.836/2004, respectivamente), bem como, a consolidação da lei Maria da Penha de proteção à violência doméstica, Lei 11/340/2006.

O Trabalho segmentado pelo sexo tende a preservar o equilíbrio entre emprego feminino e masculino, conforme a dinâmica nos diversos setores empregadores de mão-de-obra feminina ou masculina.

Com este viés, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi em trabalho intitulado “Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX”, relatam que as atividades exercidas por homens e mulheres frente ao mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas em setores de atividades econômicas. Desta forma, após a inserção feminina no mercado de trabalho, as trabalhadoras brasileiras encontram maiores opções de emprego na prestação de serviços, agropecuária, mas em elevado índice no setor social, o qual envolve serviços comunitários e sociais além do ensino e serviços médicos. Já os homens exercem atividades em maior número no setor da indústria.

Souza-Lobo traz a necessidade da problematização tendo com núcleo a divisão sexual do trabalho, elaborado acerca de fundamentos históricos influenciadores na inserção de homens e mulheres em seus postos de trabalho. Com isso, torna-se claro que a divisão sexual do trabalho precede unidade e elementos de trabalho como monopólio de sexo, mesmo desta forma, busca-se elementos que se insurja contra tal divisão, modelando os próprios elementos que buscam estabelecer a segmentos produtivos inerentes ao sexo.

Na parte final do ensaio “O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho” (1992),

encontra-se reflexões mais específicas sobre o uso da categoria gênero na Sociologia do Trabalho; Souza-Lobo ressalta que “as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino: os gêneros”. Segundo ela, utilizar a categoria analítica gênero permite a construção de certa relação social-simbólica, sem que isso estabeleça um mecanismo de determinação estrutural ou biológico, uma vez que o conceito de gênero implica em significações culturais.

A autora sugere uma Sociologia preocupada com a análise das várias dimensões das relações de trabalho, dentre elas aquela que se preocupa com a multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo produtivo, com a individualidade, a subjetividade e a identidade dos (as) trabalhadores (as).

Percebe-se, com isso, que Souza-Lobo (1991) não sugere que a utilização da categoria gênero nas interpretações acerca da esfera do trabalho querem apenas negar a indiferenciação de classe ou o caráter sexuado das relações sociais, pois a autora revela que o uso do gênero permite também abordagens relativas às práticas coletivas.

A relação estreita com o método e abordagem de Joan Scott, direciona a precaução e preocupação Souza-Lobo com o sexo dos atores, uma vez que as relações de trabalho, enquanto relações sociais, carregam consigo relações de poder entre os sexos.

Durante a análise dos textos indicados, percebe-se com facilidade a utilização do conceito de gênero marcado pela influência de Joan Scott, na medida em que Souza-Lobo destaca em vários momentos de seus estudos a necessidade de se abandonar estruturas conceituais deterministas e se valer da perspectiva de gênero enquanto construção social, histórica e cultural que implica em relações de poder entre homens e mulheres.



Busca-se ao longo do texto apresentar o gênero, enquanto categoria analítica, já estava sendo utilizado em alguns estudos sobre o trabalho desde a década de setenta, com ênfase nas abordagens sobre o trabalho feminino em chão de fábrica e, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho.

Acredita-se que todas essas análises colaboram para o processo que busca dar visibilidade ao trabalho das mulheres (SOUZA-LOBO et alia, 1986), bem como para o rompimento do caráter assexuado das relações sociais. Com isso, o maior desafio é produzir uma reflexão sobre o trabalho de mulheres e homens e sobre a posição que ocupam no processo produtivo livre de noções e ideias simplistas pré-estabelecidas, desafio que Souza-Lobo procurou enfrentar com o uso da categoria gênero nos estudos de Sociologia do Trabalho.

Podemos afirmar que não relações sociais a questão de gênero é aplicada, uma vez que os Assim Giddens desenvolve:

As diferenças de gênero raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado.

Tem-se, portanto forjado a inferioridade feminina como um monumento inteiramente cultural, ou pelo menos fartamente. A mulher absorveu sobremaneira o que lhe foi reproduzido por gerações a fim, seja acerca da superioridade masculina, passando a mulher na mão de opressores, o pai, o marido e os filhos, também na construção da relação produtiva da mulher se relacionada aos afazeres domésticos e familiares.

Faz-se necessário a construção de Judith Butler:

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional.

Sedimenta-se, portanto que as relações de gênero são relações fundadas na dominação e no poder, sendo que nesta correlação o homem é a referência, diferença não existindo na sexualidade, uma vez que a cultura continua a supervalorizar o homem, em detrimento da mulher que segue lutando por espaços ou por respeito, meio a essas transformações nas relações homem-mulher, sem rejeitar a vida familiar, mas questionando o que está posto tal qual está definido, por décadas, se insurgindo diametralmente às construções que teimam a serem postuladas com apoio do pensamento hegemônico e, por isso, da mídia descompromissada com a comunicação social na tentativa remodelação das belas, recatadas e do lar com adjetivação que resume criminosamente a existência humana atrelada a opressão das mulheres.

O gênero, por sua vez, significa as diferenças produzidas social e culturalmente, instrumentalizada pelo processo de construção do gênero, a sociedade através do pensamento hegemônico apropria-se de ideias sobre o conceito de homem e de mulher, e, por conseguinte, o que é próprio de casa sexo.

Ao longo dos tempos o homem vem sendo o lobo do próprio homem, buscando sempre ascender cada vez mais ao poder, podendo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ser, neste contexto, poder relacionado à virilidade, portanto o poder é facilmente identificado a respeitabilidade, autoridade e força, consolidando assim a construção social e cultural comprovada pela análise antropológica do homem.

Lançando luzes sobre o Brasil, o feminino tem subjugado ao masculino, o que concretizou aos homens as condições de privilégio, notoriedade e poder. Sendo a construção de gênero originária das relações do patriarcado, mantendo as relações desiguais entre homens e mulheres, confirmados por estudos notórios de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Hollanda sempre no viés político, sociológico e cultural, reforçando e consolidando a dominação e poder de um sobre o outro.

Desta forma, temos que, ao buscar desenhar superficialmente com certa ênfase ao pensamento acadêmico, sobretudo, circunvizinhos ao de Lobo-Souza, a trajetória do movimento considerando o último quartel do século passado, bem como, o pouco mais de uma década deste, observamos, a luta pela obtenção de maiores espaços para as mulheres, o desejo de emancipação e o rompimento com a tradição social masculina, faz com que o movimento feminista passe, então, a determinar este processo, subdivididos em intersecções, como o movimento das mulheres negras, das universitárias, das católicas, das comunidades, das lésbicas, etc. Mas ainda, muito se tem que avançar, pois permanece elevado o nível de preconceito para com a condição da mulher dentro de uma sociedade classificada como “machista” (termo que entrou em voga a partir das últimas décadas do século XX).

Por isso, a necessidade de governos, antenados com o rompimento de séculos de opressão de todas as formas e da estrutura nacional outrora dedicada à manutenção desta

situação de desequilíbrio socioeconômico e cultural mantendo e ampliando privilégios a classe dominante e seus asseclas, para que se possam influenciar os estudos e ações que proponham políticas públicas de integração social, de “empoderamento”, que conscientizem as pessoas acerca das desigualdades acontecendo ao seu redor, para, dessa forma, reverter essa realidade discriminatória, que se verifica no Brasil e no mundo. Assim, sem esquecer o tempo e os olhares de mundo a que pertenceram Lobo-Souza e Nísia Floresta, busquemos construir a emancipação em terrenos fértil e alicerce sólido para garantir uma sociedade culturalmente diversa, socialmente aberta e politicamente transformadora.

REFERÊNCIAS

- ACIPRESTE, D. "Se me permite falar" a exploração do trabalho e de gênero em domitilla barrios de chungara e sua atualidade. Anais Gênero e Sexualidade XI - (2015) - Volume 1 , Número 1 , ISSN 2177-4781
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.
- BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Marisa Rosa. “Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX”. In: Cadernos Pagu, IFCH/UNICAMP, n.17/18: Desafios da equidade. 2001/02, pp. 156-196.
- CAMPOS RUBIO, Arantza. Artículo: Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del Derecho y a la experiencia jurídica. Mujeres y Derecho: Pasado y presente I. Congreso multidisciplinar de la Sección de Bizkaia de la Facultad de Derecho. Octubre de 2008. III. Panel. Las mujeres: ¿titulares de derechos? En el derecho Público. Adela Asua Batarrita Moderadora. Ponencia ISBN 978-84-9860-157-2



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CARVALHO, Irene Mello. Introdução aos estudos sociais. 9.ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1973.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. A versão original (em inglês) deste documento, intitulado.

Background Paper for the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination, encontra-se na *homepage*:

Women's International Coalition for Economic Justice
<www.wuceh.addr.cin/wcar_docs/crenshaw.html>.

FLAX, Jane. (1987). "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista." In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

GIDDENS, Anthony, Política, Sociologia e Teoria Social, São Paulo, Ed. UNESP, 1998;

MOREIRA, Eliana Monteiro. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SCOTT, Joan. (1988) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. "O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho". In:

_____; HUMPHREY, John; GITAHY, Leda; MOYSÉS, Rosa. "A "prática invisível" das operárias." In: KARTCHEVSKY, Andrée et alia. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIEZZER, Moema, Se Me Deixam Falar... Domitila Barrios de Chungara, *Depoimento de uma mineira boliviana*, Rio de Janeiro, Global, 1981;